

Gove



# Modernização dos meios de arrecadação

*ATRAVÉS DO GOVERNO DIGITAL – LEI N.º 14.129/2021*



## Apresentação



### **Fúlvio Albertoni**

Especialista Em Finanças Públicas Pela Gove  
Ex-Secretário Da Fazenda De Juiz De Fora (MG)  
e-mail: [fulvio.abertoni@gove.digital](mailto:fulvio.abertoni@gove.digital)

## Modernização dos meios de arrecadação - Lei do Governo Digital – 14.129/2021

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre princípios, regras e instrumentos para o aumento da eficiência da administração pública, especialmente por meio da desburocratização, da inovação, da transformação digital e da participação do cidadão.

**Facilitar a relação Poder Público X Cidadão por meio da tecnologia e inovação**

## Modernização dos meios de arrecadação - Lei do Governo Digital – 14.129/2021

**Art. 2º** Esta Lei aplica-se:

...

III - às administrações diretas e indiretas dos demais entes federados, nos termos dos incisos I e II do caput deste artigo, desde que adotem os comandos desta Lei por meio de atos normativos próprios.

### A aplicação da Lei para as Administrações Municipais

## Modernização dos meios de arrecadação - Lei do Governo Digital – 14.129/2021

**Art. 3º** São princípios e diretrizes do Governo Digital e da eficiência pública:

I - a desburocratização, a modernização, o fortalecimento e a simplificação da relação do poder público com a sociedade, mediante serviços digitais, acessíveis inclusive por dispositivos móveis;

III - a possibilidade aos cidadãos, às pessoas jurídicas e aos outros entes públicos de demandar e de acessar serviços públicos por meio digital, sem necessidade de solicitação presencial;

VIII - o uso da tecnologia para otimizar processos de trabalho da administração pública;

## Modernização dos meios de arrecadação - Lei do Governo Digital – 14.129/2021

**Art. 3º** São princípios e diretrizes do Governo Digital e da eficiência pública:

IX - a atuação integrada entre os órgãos e as entidades envolvidos na prestação e no controle dos serviços públicos, com o compartilhamento de dados pessoais em ambiente seguro quando for indispensável para a prestação do serviço

XIV - a interoperabilidade de sistemas e a promoção de dados abertos;

XXI - o apoio técnico aos entes federados para implantação e adoção de estratégias que visem à transformação digital da administração pública;

XXVI - a promoção do desenvolvimento tecnológico e da inovação no setor público

## Modernização dos meios de arrecadação - Lei do Governo Digital – 14.129/2021

**Art. 5º** A administração pública utilizará soluções digitais para a gestão de suas políticas finalísticas e administrativas e para o trâmite de processos administrativos eletrônicos.

**Modernização e melhoria da arrecadação através de soluções digitais**



## Modernização dos meios de arrecadação - Lei do Governo Digital – 14.129/2021

**Art. 14.** A prestação digital dos serviços públicos deverá ocorrer por meio de tecnologias de amplo acesso pela população, inclusive pela de baixa renda ou residente em áreas rurais e isoladas, sem prejuízo do direito do cidadão a atendimento presencial.

**Internet, e-mail, sms, aplicativos de mensagens**

## Modernização dos meios de arrecadação - Lei do Governo Digital – 14.129/2021

**Art. 28.** Fica estabelecido o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) como número suficiente para identificação do cidadão ou da pessoa jurídica, conforme o caso, nos bancos de dados de serviços públicos, garantida a gratuidade da inscrição e das alterações nesses cadastros.

**Visão unificada do contribuinte CPF/CNPJ**

## Modernização dos meios de arrecadação - Lei do Governo Digital – 14.129/2021

**Art. 38.** Os órgãos e as entidades responsáveis pela prestação digital de serviços públicos detentores ou gestores de bases de dados, inclusive os controladores de dados pessoais, conforme estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais), deverão gerir suas ferramentas digitais, considerando:

I - a interoperabilidade de informações e de dados sob gestão dos órgãos e das entidades referidos no art. 2º desta Lei, respeitados as restrições legais, os requisitos de segurança da informação e das comunicações, as limitações tecnológicas e a relação custo-benefício da interoperabilidade;

**Utilização de diversas bases de dados para atualização dos cadastros fiscais do município através da interoperabilidade de dados entre órgãos públicos.**

## Modernização dos meios de arrecadação - Lei do Governo Digital – 14.129/2021

**Art. 39.** Será instituído mecanismo de interoperabilidade com a finalidade de:

I - aprimorar a gestão de políticas públicas;

II - aumentar a confiabilidade dos cadastros de cidadãos existentes na administração pública, por meio de mecanismos de manutenção da integridade e da segurança da informação no tratamento das bases de dados, tornando-as devidamente qualificadas e consistentes;

III - viabilizar a criação de meios unificados de identificação do cidadão para a prestação de serviços públicos;

IV - facilitar a interoperabilidade de dados entre os órgãos de governo;

V - realizar o tratamento de informações das bases de dados a partir do número de inscrição do cidadão no CPF, conforme previsto no art. 11 da Lei nº 13.444, de 11 de maio de 2017.

**Possibilidade da criação de um cadastro único do contribuinte com a atualização de dados de outras bases cadastrais internas e externas**

## Modernização dos meios de arrecadação - Lei do Governo Digital – 14.129/2021

**Art. 42.** Os órgãos e as entidades referidos no art. 2º desta Lei, mediante opção do usuário, poderão realizar todas as comunicações, as notificações e as intimações por meio eletrônico.

### Domicílio Tributário Eletrônico

## Modernização dos meios de arrecadação - Lei do Governo Digital – 14.129/2021

**Art. 55.** Esta Lei entra em vigor após decorridos:

I - 90 (noventa) dias de sua publicação oficial, para a União;

II - 120 (cento e vinte) dias de sua publicação oficial, para os Estados e o Distrito Federal;

III - 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial, para os Municípios.

Brasília, 29 de março de 2021; 200o da Independência e 133o da República.

Este texto não substitui o publicado no DOU de 30.3.2021 e republicado em 14.4.2021

**Prazo para os Municípios - 11 de outubro de 2021**

# DIAGNÓSTICO DE TRANSFORMAÇÃO DIGITAL MUNICIPAL

////// METODOLOGIA GOVE //

Ferramenta inédita de auxílio à transformação  
digital de municípios brasileiros



# Diagnóstico de Transformação Digital Municipal



Solicite acesso em  
[www.gove.digital](http://www.gove.digital)



## **Fúlvio Albertoni**

fulvio.albertoni@gove.digital  
(32) 98832-3510

